



Município de Palmas

Secretaria Municipal de Finanças

Diretoria de Fiscalização

104 Norte - Avenida JK Edifício Via Nobre Empresarial, Lote 28-A, CEP: 77.066-014



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília)
11/04/2018 14:12

Período de Competência
4/2018

Município de Prestação do Serviço
Palmas - TO

Reg. Especial Tributação
Microempresário Individual (MEI)

Natureza da Operação
Tributação no município de Palmas

PRESTADOR DE SERVIÇOS



Razão Social

RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

CPF/CNPJ

19.990.065/0001-50

Inscrição Municipal

516125

Fone/Fax

(63)8401-5418

Simple Nacional

Sim

Incentivador Cultural

Não

E-mail

jmnoticia@gmail.com

Endereço

Quadra 1004 Sul Alameda 6, 71 CASA 02 Bairro Plano Diretor Sul CEP 77023-516 Palmas - TO

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

CESAR HANNA HALUM

CPF/CNPJ

085.840.601-20

Inscrição Municipal

Fone/Fax

E-mail

Endereço

Praça dos Três Poderes, 422 Gabinete Parlamentar 422, Anexo IV, Câmara dos Deputados, Br Bairro Zona Cívico-Administrativa CEP 70

Código Tributação Município: 0201-Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR NO SITE JM NOTICIA.

Acusamos recebimento do pagamento na data da emissão da nota.

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VALORES

Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)
500,00	0,00	0,00	500,00	5,00
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Valor Total da Nota (R\$)
25,00	0,00	0,00	500,00	500,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

TRIB. APROX. : R\$67,25 FEDERAL E R\$25,00 MUNICIPAL. FONTE: IBPT F3W1D7.

CONTRIBUINTE MEI NÃO PODE SOFRER RETENÇÃO DE ISS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS - ART. 1º, §3º, INCISO IV CGSN 58/2009.

CONTRIBUINTE ME, EPP OU MEI/SIMPLES NACIONAL.

Deputado federal César Halum cobra controle da dívida pública

Ele defendeu a PEC que controla os gastos com os débitos públicos

Por JM Notícia - 8 de Março de 2018



Da Redação JM Notícia



César Halum (PRB) fala sobre a dívida pública

O deputado Cesar Halum (PRB-TO) participou de reunião da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, nesta quarta-feira (7), na Câmara dos Deputados. Ele defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que controla os gastos com os débitos públicos. "Em 2017, o Brasil pagou 913 bilhões de reais em juros, ou seja, quase um milhão de reais que poderia ter sido investido em educação e saúde, por exemplo", argumentou.

Halum defende a união dos parlamentares, membros do colegiado, para tornar o assunto conhecido. "A opinião pública precisa de informação sobre o tema para depois existir mobilização. Fiz palestras no meu estado com diversos segmentos da sociedade. De sindicatos de trabalhadores a sindicatos patronais, estavam todos presentes para debater um contexto que ninguém sabia dizer o que era exatamente, mas que, em pouco tempo, passou ser uma pauta corriqueira nas redondezas", defendeu.

Halum ressaltou, ainda, que esta não é uma discussão partidária, e, sim, uma pauta do "povo brasileiro". Ele chamou a atenção dos outros parlamentares para que o tema não seja rotulado como propriedade da esquerda ou da direita. "No momento em que permitirmos rótulos, automaticamente teremos adversários e, para aprovar estas propostas em Plenário, precisamos de aliados. Devemos pensar no desenvolvimento do Brasil, isso é a prioridade".

Ele assegurou que já discutiu o assunto em reunião com o PRB e que pretende trazer correligionários para integrar a Comissão. "Já comecei a trabalhar essa pauta dentro do meu partido e há uma boa aceitação da nossa bancada. Sugiro que todos aqui façamo mesmo", concluiu o deputado.

You May Like

Recomendamos para você



Facebook



Últimas Notícias

Asaph Borba recebe Medalha do Mérito Farrapoísta na Assembleia Legislativa do RS

18ª AGO da CIADEBES começa nesta sexta-feira no município de Serra

Vício de Gleisi para TV Al Jazeera causa debate no Senado